

Se der 4 anos para Sarney, militares acatarão

A garantia foi dada pelo brigadeiro Camarinha, que descarta qualquer possibilidade de golpe

Rio — As Forças Armadas acatarão a decisão da Constituinte, se a duração do mandato do presidente Sarney for fixada em quatro anos nas disposições transitórias da nova Constituição brasileira. Foi o que assegurou ontem, na Escola Superior de Guerra, no Rio, o ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, brigadeiro Paulo Roberto Camarinha. Ele presidiu a solenidade de posse do novo comandante da ESG, General Oswaldo Muniz Oliva.

Ao responder uma per-

gunta sobre as especulações de que poderia haver uma intervenção militar ostensiva se nas Disposições Transitórias a duração do mandato do presidente Sarney for fixada em quatro anos, o ministro disse:

“Acredito que esta é uma decisão soberana da Constituinte. Não acredito que haverá qualquer alteração do quadro político brasileiro, a não ser eleição no final deste ano”, afirmou.

Já com relação à possibilidade de a Constituinte

aprovar a anistia para militares punidos durante o regime de 64, e permitir seu retorno ao serviço, o ministro foi menos enfático: “Prefiro não comentar, vamos aguardar a votação”.

Após presidir a cerimônia de posse do general Oswaldo Muniz Oliva — que não discursou — no comando da ESG, o brigadeiro Camarinha cumprimentou o almirante Bernard David Blower, que deixou o serviço ativo.

O almirante Blower, em discurso de seis laudas, fez

um histórico da sua carreira na Marinha, e declarou que suas últimas palavras na ativa são “de estímulo, de confiança e de otimismo”.

Não nos deixemos abater pelas dificuldades, por maiores que sejam. Não nos deixemos contagiar pelo desânimo e pela desesperança. Somos um povo jovem, com invejável unidade territorial e linguística. Não temos o direito de ser pessimistas. Temos a obrigação de conduzir o País fazendo-o vencer as crises conjunturais”, disse

General combaterá a anistia

Para dialogar em nome do Exército na batalha que será travada quando a Constituinte apreciar a questão da anistia dos militares, que faz parte do capítulo das Disposições Transitórias, o ministro Leônidas Pires Gonçalves nomeou o general Werlon Coaracy de Roure (recém promovido a generalato) para a Assessoria Parlamentar que atua junto ao Congresso Nacional. Os militares cassados por atos administrativos durante os governos militares defendem o retorno à ativa com direito a promoção e salários retroativos. O general Roure, que recebeu sua espada de comando no dia 19 último, acumulará as funções de diretor de Patrimônio do Exército com a de chefe da Assessoria Parlamentar. Quando coronel, Roure já atuava nesta assessoria.

A Marinha, que se considera a mais prejudicada se o projeto dos anistados passar, vai também reforçar sua asses-



Leônidas

soria. A Aeronáutica que já está engajada no trabalho de defesa dos interesses militares, manterá os mesmos assessores junto ao Congresso. A Associação de Defesa da Anistia, através de seu representante, capitão-de-fragata Henrique Ferro Costa, intensifica os contatos no Congresso, visando sensibilizar os constituintes para suas teses de anistia ampla e

irrestrita, que entre outros direitos defende promoções para os cassados, nos postos imediatos de suas carreiras, como se no serviço ativo permanecessem; recebimento de atrasados, retroativos às datas das cassações, e não apenas a partir da promulgação da lei, e exclusivamente para os cassados por motivos políticos.

CONTATOS

O deputado Ricardo Fiuza, que é considerado favorável às posições dos ministros, afirma que não aceita mais avanços além dos que já foram conquistados, até agora. Fiuza, triplice condecorado pelas Forças Armadas com as medalhas do mérito Aeronáutico, Naval e Militar, vem travando constantes debates com o comandante Henrique Ferro Costa, que o critica pela sua ação junto aos constituintes, procurando incutir nos parlamentares a possibilidade de golpes por parte dos militares.